

ESTUDO DE CASO HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA DAS FAMÍLIAS POSSEIRAS E OCUPANTES DA GLEBA TAUÁ

“Eu não saio daqui, aqui é meu lugar! Se chegar a oportunidade de tirarem minha vida, pois vocês tiram bem aqui, pois não saio de maneira nenhuma” (Dona Raimunda)¹.



Fonte: Arquivo Valéria Santos(2018).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA TAUÁ

A Tauá, é uma comunidade camponesa tradicional que vem resistindo aos impactos das políticas econômicas que beneficiam o avanço do agronegócio no Matopiba. Ela faz parte de uma grande lista de comunidades, que assim como ela, estão em situação de conflito relacionado a posse da terra, a defesa do seu modo de vida e a defesa do meio ambiente. A comunidade está na região Nordeste do Tocantins, considerada anel da soja, é uma das regiões que nos últimos tempos tem sido a mais cobiçada pelo agronegócio da soja e do eucalipto. Ela fica situada às

¹ Fonte: SIGNATÁRIO TOCANTINS. Vídeo Dona Raimunda Gleba Tauá e Binotto. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/v=sBEPREwWVZ4>. Acessado em: 11/18/2017.

margens do Rio Tocantins e as margens do Rio Tauá, no município de Barra do Ouro². Que está distante há 419 km da capital Palmas e 96 km da cidade de Araguaína (conhecida como a capital econômica do Estado).

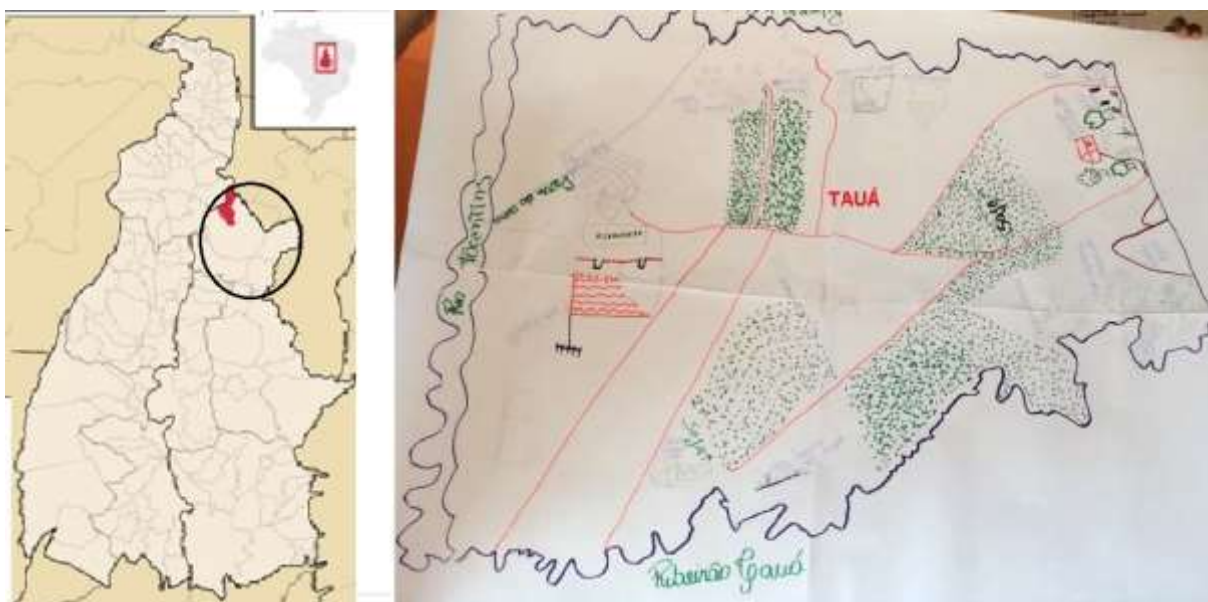


Figura 2. Mapa do Tocantins e croqui da comunidade Tauá

Fonte: Adaptação realizada por Valéria Santos³.

O Tocantins, é mais novo estado brasileiro, criado em 1988, após fortes campanhas de grupos políticos e empresários comprometidos com os grandes projetos econômicos de exploração do Cerrado e da Amazônia brasileira. Desde então, o estado tem sido contemplado com políticas macroeconômicas em diversos setores, inclusive resultando: na construção de quatro Usinas Hidrelétricas (UHE) que favoreceu especialmente o setor da exploração de minérios; e a construção da ferrovia Norte-Sul e rodovias para facilitar a expansão da produção de grãos, bicompostíveis, silvicultura, pecuária de corte e etc.. São grandes projetos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) que tem colocado o estado no foco da expansão do agronegócio, principalmente da soja.

O município de Barra do Ouro, passou por processo de transformação, através da implantação da hidrelétrica de Estreito e do agronegócio da soja e eucalipto. Nesse município predominava a agricultura tradicional e a pecuária de

²É um município tem a população em torno de 4.123 pessoas, sendo 1.928 mulheres e 2.195 homens.

³Croqui da Comunidade Tauá, produzido pelos camponeses/as na oficina de Diagnóstico Rural Participativo, realizada pela CPT, em 2017.



corte extensiva. Mas nos últimos tempos tem sofrido grandes transformações na paisagem e no modo de vida da população, principalmente da população rural.

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, ano 2010, no Rio Tocantins, entre os estados Tocantins e Maranhão. O município sofre grandes impactos, que modificou a paisagem natural e desenraizou diversas famílias ribeirinhas e pescadores (as) que sobreviviam do pescado, da produção de vazantes⁴ e do turismo no período de verão (os barqueiros, os barraqueiros e etc.). Após o enchimento do lago, muitas famílias ficaram sem terra para trabalhar e sem fonte de renda, pois a grande parte não foram reconhecidos como impactados e passaram a compor uma lista do cadastro do INCRA para serem assentados, mas nunca tiveram acesso a essa terra.

Então, essa região, desde a década de 1990, tem se tornado o maior polo de produção de soja do estado, com destaque para os municípios de Campos Lindos, Pedro Afonso e Bom Jesus do Tocantins. Dessa forma, os Projeto Agrícola Campos Lindos e o Projeto Agrícola Pedro Afonso, foram financiados pelo Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, terceira fase (ProdecerIII). Com esses incentivos, entre outros, o cultivo da soja tem crescido alcançado a produção de 313.980 mil toneladas, impulsionando o Produto Interno Bruto dos municípios, porém, a região abriga o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Tocantins.

E desde 2013, o Tocantins passou a compor a nova fronteira agrícola brasileira, conhecida como Matopiba. Essa nova fronteira de expansão do agronegócio, estrategicamente é uma delimitação geográfica que envolve 73 milhões de hectares de terras nas áreas de transição dos Biomas Cerrado-Caatinga e Cerrado-Amazônia. O nome Matopiba, é o acrônimo que corresponde as iniciais dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, abrangendo 337 municípios. Ele é compreendido como uma proposta de combinação de políticas públicas com capital privado. Visa ampliar e fortalecer a agricultura e a pecuária através de investimentos nas áreas de logística, melhoramento tecnológico e financiamento ao agronegócio.

Esse modelo “agrário/agrícola” tem crescido no Brasil, desterritorializando comunidades e povos tradicionais. É um modelo de produção orientado por programas e políticas agrícolas, que desde os tempos coloniais tem dado maior incentivo à produção de *commodities*, produtos para a exportação. É um modelo de desenvolvimento rural, que tem na sua essência uma agricultura de grande porte e a formação de grandes latifúndios. É uma agricultura industrial que não surgiu da dinâmica local de ocupação das terras, mas sim, de uma dinâmica de fora para

⁴As vazantes, são áreas férteis na beira do rio, utilizadas por pequenos produtores para o cultivo de agricultura temporária no período de verão, após as cheias dos rios.



dentro: o que torna o agronegócio, excludente, dependente da dinâmica financeira externa e em constante crise⁵.

A lógica capitalista de produção do agronegócio, tem sua origem nos países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e Europa e se expandiu com imposição de ideologia reducionista cartesiana de homens brancos, com relações patriarcais de dominação da natureza; dominação das mulheres e das comunidades tradicionais dos países ditos subdesenvolvidos. Essa visão reducionista e mecanicista, hierarquiza o que é produtivo e o que é improdutivo, e ignora e violenta o que consideram improdutivo. Pois, partem de cálculos hierárquicos, usando da racionalidade contábil para calcular o PIB, índice que não é capaz de mensurar ou valorizar a produção do modo de vida indígena e camponês. Assim, os povos e toda a biodiversidade do cerrado, são considerados na lógica produtivistas, como improdutivos e os povos como intrusos nos seus próprios territórios. É ignorado as riquezas naturais do cerrado, destruindo toda sua biodiversidade para torná-lo produtivo na lógica capitalista.⁶

Nesse sentido, tem ocorrido a pilhagem das riquezas naturais do cerrado, por meio da apropriação das terras, da vegetação e da água pelo agrohidronegócio. Esse modelo de produção agroindustrial tanto se apropria das fontes de riquezas naturais, como as destrói, envenenando, desmatando e implantando os monocultivos que impede a regeneração do solo e da fauna.

OCUPAÇÃO TRADICIONAL E A RESISTÊNCIA DOS POVOS DO CERRADO

A região Nordeste do Tocantins, antes de ser polo agrícola do agronegócio, é acima de tudo, uma região de territórios indígenas e comunidades tradicionais. Pois, ainda no século XIX, essas terras foram ocupadas pelos povos indígenas Krahôs e depois por diversas famílias de posseiros e pequenos agricultores de origem nordestina, que encontraram nesse lugar o refrigerio. Encontra nesse cerrado de riquezas abundante, um modo de vida tradicional, que vem resistindo ao avanço da frente pastoril, resistindo a violência das grilagens de terra e mais recente, resistem a violência do agronegócio através de empresas globais como Cargill, Syngenta e Bunge.

A resistência dos povos dessa região, tem se dado num processo político que tem o sentido no não conformismo, do ato de contrapor aos de fora, de se opor a imposição da hegemonia dos grandes projetos de infraestrutura e agropecuários. Nesse sentido, a resistência tem sido fortalecida nas relações de

⁵Furtado (2009).

⁶Mies e Shiva (1993) e Shiva(1997).



solidariedade, construídas nos espaços comunitários, no enraizamento das relações do dia a dia e na “pregnância da memória espacial”⁷. Para essas comunidades, a relação com os bens comuns constitui-se no sagrado, que é o que permite sua existência. Esse sagrado, está no “imaginário social”, mas também nas afetividades vividas no cotidiano comunitário e na interação com a biodiversidade do cerrado, com a terra, com água, com a moradia e principalmente com a ancestralidade. Portanto, o desafio dos povos Krahôns e das comunidades tradicionais dessa região, é preservar o seu sagrado, enquanto que o desafio do agronegócio tem sido destruir o sagrado desses povos.

Os indígenas e as comunidades camponesas, dentro das suas especificidades étnicas e culturais, têm se posicionado contra o agronegócio nos municípios de Campos Lindos, Goiatins, Itacajá e Barra do Ouro, onde tem organização política mais fortalecida. Na região, além da organização interna de cada comunidade, os povos contam com a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no apoio as lutas camponesas, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), apoiando a luta indígena e da Articulação Camponesa de Luta pela Terra e Território, representando as comunidades de camponeses tradicionais do Tocantins e mantém lutas conjuntas com os povos indígenas.

Na atualidade, as comunidades camponesas são desafiadas pela imposição do agronegócio e a grilagem de terra. As famílias camponesas ocupantes e posseiros da comunidade Tauá, dão seu grito de resistência, negam a invasão da soja nas suas vidas e na sua comunidade. Eles e elas, denunciam o desassossego provocado pela violência do monocultivo da soja e da insaciável ganância do suposto fazendeiro Emilio Binotto que insiste na tentativa de expulsar as famílias da terra. Rechaçam esse cultivo estranho que chegou sem pedir licença e foi tentando modificar seus costumes tradicionais. Negam esse projeto de “desenvolvimento” e destacam a perversidade do agronegócio com as famílias camponesas e com o Cerrado. Sem medo e determinados(as), denunciam a violência dos Binottos e de seus jagunços pistoleiros, que tentam a todo custo desagregar seus modos de vida.

A LUTA NA TERRA E PELA TERRA NA TAUÁ

A Gleba Tauá, trata-se de uma área de terra da União Federal que está em disputa judicial entre 82 famílias camponesas de posseiros e ocupantes com o suposto fazendeiro Emilio Binotto. Que é um grande produtor de soja catarinense que alega propriedade de 17.735,000 hectares de terra. Essa é uma das comunidades camponesas de posseiros tradicionais da região Nordeste do

⁷Mafesoli (2001)

Tocantins, que foi formada por famílias que viviam em terras comuns de forma itinerante. As primeiras famílias, a se fixarem nessa terra, na década de 1950, eram famílias camponesas que migraram do estado do Maranhão para Norte de Goiás (atual Tocantins) em busca de terra e melhores condições de vida.

No início, a Tauá era uma comunidade bastante populosa, eram famílias extensas, que ocupavam as terras principalmente nas margens dos córregos, e por isso, de alguns córregos terem o nome dos antepassados (Cabeceira do Rosa, Cabeceira do Duque, etc.).

Outro aspecto importante que caracteriza essa comunidade, é a religiosidade e a espiritualidade das pessoas, manifestada especialmente pelo catolicismo popular, através dos festejos e das celebrações dos santos (São Pedro, Divino Espírito Santo, Santo Antônio, Santa Luzia, Santo Reis e Bom Jesus da Lapa). As rezas acontecem em cumprimento de promessas para cura de doenças e proteção das famílias, pois no passado não tinha acesso aos serviços de saúde pública. Assim, Dona Carmina e Seu Ananias, moradores da Tauá há 60 anos, falam que celebram no dia 06 de agosto, Bom Jesus da Lapa, em cumprimento de uma promessa que Dona Carmina fez para o santo, pela cura do seu esposo. Eles celebram também, o dia 11 de fevereiro, dia de São Lázaro, também é uma promessa de Dona Carmina, para a cura de uma ferida da sua perna. Pois, mesmo com o tempo moderno das tecnologias, ela acredita que a cura só aconteceu após se apegar a São Lázaro. Dona Raimunda, também é outra moradora antiga, que tem muita fé nos santos, ela celebra o dia de Santo Reis. Pois para ela, os santos lhe protegem e tem dado força para enfrentar o que ela chama de perversidade dos grileiros. Outro morador, o Seu André, celebra o Divino Espírito Santo.



Figura 3 Altar de Dona Carmina depois da Reza de Bom Jesus da Lapa

Fonte: Antônia Laudeci Morais (2018)



Dona Carmina, Dona Raimunda e Seu Ananias, recordam que a comunidade Tauá, tinha uma outra forma de viver a vida. Pois tinham mais tranquilidade e conseguiam fazer as festas surpresas e juntar toda a população. “O povo ia a pé ou cavalo, mais iam, sempre tinha festa”. Mas, nos últimos tempos, segundo Dona Carmina, não se faz mais festas, apenas as celebrações e poucas pessoas vão. A mudança, segundo eles, veio com o corte das terras, que individualizou as propriedades e provocou o desassossego de muitas famílias.

Da década de 1950 a 1980, a terra da comunidade Tauá era comum, não tinha loteamento individualizado, todas as famílias podiam fazer uso da terra onde quisessem. Muitos migravam dentro desse território, colocavam roça por um tempo num lugar e depois mudavam deixando a terra descansar. A terra não tinha um dono, mas, já havia boatos de um criador de gado chamado de Justino Medeiro, que se dizia dono da Fazenda Tauá, ele morava no Rio de Janeiro e ninguém o via por lá.

O território comum, sofreu transformação com a regularização fundiária realizada pelo Grupo Executivo de Terra do Araguaia Tocantins (Getat). E, por se tratar de uma terra da União, que está entre o limite de 100 km da Rodovia Federal BR 153, em 1984, o Getat arrecadou a área que corresponde a 17.735,000 hectares. Mas titulou apenas 5.779 hectares em forma de lotes individualizados, restando 11.956.0196 hectares de terras da União, ocupados pelas famílias que não tiveram acesso ao título.

O processo de titulação, que poderia ser uma forma de garantia da permanência das famílias na terra, não garantiu, ao contrário, facilitou para o grileiro pressionar individualmente cada proprietário a venderem seus lotes.

A década de 1990, para as famílias posseiras, significou a chegada do desassossego, pois apareceu Emilio Binotto e seus familiares na região (são pessoas que residem em Lajem/SC). Assim, segundo os moradores (as), quando ele apareceu na região, já trouxe consigo várias máquinas para trabalhar a terra, e logo que conseguiu expulsar o primeiro morador, começou a desmatar para plantar soja.

A partir de então, os moradores titulados, começaram a ser pressionados, inclusive com uso da violência, como queima de casas e assassinato de animais. Amedrontadas, muitas famílias venderam suas terras para o grileiro, que sob a posse de alguns títulos, cercou outras áreas públicas que eram ocupadas por posseiros antigos. O depoimento de Dona Raimunda, posseira na Tauá desde de



1952, demonstra esse desassossego que as famílias vivem com a chegada dos Binottos:

Vem desse mundo a fora aí chegou dizendo que é dono, querendo me expulsar e eu aguentando toda a vida, passando enfermidade de pé firme, segurando na mão de Deus. Ameaças de pistoleiros na primeira vez, na segunda vez tocaram fogo, roças destruídas de trator, os animal foram tudo matado por ele, não tenho mais nenhum animal, o restinho que tenho está magro tocando birimbau. E aí estou nessa situação. [...] olha, meus filhos nasceram e se criaram aqui, eu sou do lugar. Para a gente ver a família da gente sofrendo, eu sofrendo, os meus filhos sofrendo [...] onde nasceram e se criaram, chega esse povo invadindo e diz que eu é que sou invasora, sem eles ter direito nenhum e eu sem direito de trabalhar. [...] Vocês estão vendo esse mutirão de gente, nasceram aqui também e estão querendo expulsar de qualquer jeito. Botaram veneno na água, passei três meses com a água envenenada parecendo esse papel aqui, isso para me envenenar, mas não envenenam, porque tenho de onde tirar outra água. Morreram os animais, galinha, pato, peixes do rio, pois passou três meses envenenada. Desmatou no arrastão da soja aí da frente, desmataram foi tudo, não ficou nada, mas eu não saio daqui, aqui é meu lugar. Se chegar a oportunidade de tirarem minha vida, pois vocês tiram bem aqui, pois não saio de maneira nenhuma⁸.

O desassossego que as famílias se referem, não está relacionado apenas a violência física, patrimonial e moral, mas principalmente, a violência cultural que é praticada contra seus modos de vida. Desde a chegada desse grupo, as famílias tiveram seus espaços sagrados destruídos, interferidos de forma violenta pelo plantio da soja, como por exemplo o Cemitério (Campo Santo), conforme a figura 4:

⁸Depoimento de Dona Raimunda na audiência pública realizada em 2012.



Figura 3 Cemitério da Comunidade Tauá
Fonte: Santos (2018)

A grilagem da terra da Gleba Tauá, começou desde 1992. Mas as evidências indicam que é uma orquestração que vem de muito tempo, e suspeita-se que órgãos públicos e cartórios fizeram parte desse processo. Pois, o documento Peça Informativa SRFA 09, nº 01/2012, produzida por técnicos da Divisão Estadual do Tocantins de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, atesta que a família Binotto e outras pessoas, compuseram um grupo para grilar a terra da Tauá. Produziram diversos documentos de cessações de direito, certidões de cartório e diversos cadastros no Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA (SNCR) com informações indevidas a respeito das terras da Tauá.

O primeiro fracionamento do território tradicional, ocorreu em 1984, quando o Getat, arrecadou os 17.735,000 hectares e titulou algumas famílias de posseiros e oito grandes áreas para pessoas residentes no Estado do Rio de Janeiro. Os dados constam, que os oito grandes proprietários de títulos, desistiram e devolveram a terra para a União, ainda em 1984. Mas, em 17 de julho de 1992, apareceu a figura de um Militar da Reserva, como procurador desses oito proprietários, que supostamente venderam 12.000 hectares à Euclides José Bruchi, pecuarista de origem do estado do Mato Grosso do Sul. Em 02 de setembro de 1992, esse pecuarista (que também era funcionário de Emílio Binotto, conhecido na região pelos posseiros como gerente da fazenda Santa Rosa), vendeu pelo mesmo valor 20.485.0916 hectares de terra da Tauá para quatro membros da família Binotto. O tamanho da terra vendida, ultrapassava o total da área arrecada pelo Getat, o que leva a entender, segundo o relatório do Terra Legal (2012) que existia indício de fraude.



Com o interesse de regularizar a terra, para acessar autorização para desmatamento e financiamento nos bancos. Em 1996, os membros da família Binotto supostamente venderam 11.956.0196 hectares para outras sete pessoas que são parte do mesmo grupo. E, essas sete pessoas solicitaram a regularização fundiária individualmente, através de processos administrativos protocolados no INCRA, no ano de 1998, em 2002 e depois, em 29 de março de 2007, mas não tiveram êxito na regularização.

Então, os sete supostos proprietários entraram na justiça através de um único processo, nº 54400.000555/2007-52 requerendo 11.955,900 hectares da terra da Tauá. Todavia, mesmo sem regularização, os setes grileiros conseguiram durante todo esse tempo, a autorização do Instituto de Natureza de Tocantins (Naturatins) para desmatarem áreas e acessarem várias vezes financiamentos para a produção da soja.

No dia 23 de março de 2007, numa reunião realizada na sede da Comissão Pastoral da Terra, convocada pelo Ministério Público Federal (MPF) para tratar sobre as questões relacionadas aos conflitos agrários que resultou na abertura do Procedimento Administrativo nº 1.36.000.00256/2005-58/MPF. As famílias de posseiros da Gleba Tauá, denunciaram os casos de violências, dentre elas: a derrubada de casas; atentados com fogo para intimidar as famílias; impedimento dos moradores de colher os frutos do cerrado; desmatamento irregular das terras públicas; intimidação e pressão para que os posseiros vendessem ou desocupassem as terras. Denunciaram ainda, que existia indício de fraude no Cartório de Registro de Imóveis de Goiatins, onde a família Binotto registrava as terras da Tauá.

Coincidência ou não, menos de um mês depois do cadastramento das sete áreas no SNCR, os técnicos do INCRA através da Ordem de Serviço INCRA/SR 26/TO, nº 68/07, de 09 de abril de 2007, realizaram uma vistoria para fins de criar um assentamento na Gleba Tauá. O resultado da vistoria, apontou que 11.956.019 hectares estavam registrados em cartório no nome dos sete proprietários, mas que esses ocupavam 16.148,4644 hectares, restando área livre na Tauá apenas 1.586,535 hectares.

O laudo de vistoria apontou também, o desmatamento das cabeceiras dos rios e construção de barragens nos leitos de córregos para acumulação de água para os animais e implantação de pastagem artificial na Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Tocantins. A vistoria também constatou, que Emílio Binotto é quem explorava a área de forma continua, nos respectivos lotes 141 a 147. No entanto, os técnicos fizeram todo o levantamento da área e das benfeitorias dos Binottos (para possível indenização) e ignoraram as famílias de posseiros. O laudo



apresentado pelos técnicos do Incra, não fez menção ao conflito agrário, ignorou as famílias posseiras que viviam ali. Prejudicando seriamente as famílias camponesas. Assim, a ação judicial movida pelos sete grileiros, impediu o Incra de dar continuidade no processo de criação do assentamento até o ano de 2010.

Em 2009, os setes grileiros, fracionaram mais uma vez a terra da Tauá. Dessa vez, dividiram em quinze partes, com lotes menores de 1.200 hectares de maneira a enquadrar nos critérios da Lei de Regularização Fundiária 11.952/2009. A suposta venda dessas terras, totalizou R\$ 173.000,00, saindo por R\$ 14,00 o hectare da terra. E dessa vez, cadastraram essas quinze áreas no Programa Terra Legal, requerendo a titulação dos lotes (TERRA LEGAL, 2012). E, em 2010, as dezoito famílias de posseiros fizeram o cadastramento no Programa Terra Legal para regularizar suas áreas de posse. E nesse mesmo ano, os camponeses(as) passam a ser alvo da primeira Ação de Reintegração de Posse movida pelo grileiro.

Devido as inúmeras denúncias registradas em Boletins de Ocorrência e protocoladas nos órgãos públicos, foi publicada pelo MPF a portaria nº 39, de 24 de janeiro de 2011, com Procedimento Preparatório nº 1.36.000.000322/207-25, instaurado para apurar as denúncias de desmatamento na Tauá. Porém, apressados para resolverem o conflito na Gleba Tauá, o MPF, Incra SR26 e o Terra Legal, realizaram várias reuniões durante o ano de 2011, sobre o caso da Tauá. Em duas das reuniões, o objetivo era tentar convencer as famílias de posseiros, especialmente Dona Raimunda a assinar um acordo juntamente com os grileiros, de forma que ela, familiares e seus vizinhos, teriam suas terras reduzidas em lote de assentamento criado pelo Incra, e o Terra Legal regularizaria 8.400 hectares para os grileiros. Nessa data, tanto o Incra como MPF, estavam levando em consideração apenas as informações do laudo técnico de vistoria de 2007. Na ocasião desse acordo, esses órgãos não consideravam as irregularidades dos processos requeridos pelos Binottos.

Como as famílias não assinaram o acordo proposto pelos órgãos. De 2011 para 2012, o conflito agrário intensificou, aumentando a pressão e a intimidação contra camponeses e camponesas. Dona Raimunda, uma das lideranças da comunidade e mais perseguida pelos Binottos, passou a sofrer ameaças de morte. Ela relata que dia 01 de maio de 2012, ouviu vários disparos de arma de fogo e a presença de pessoas estranhas de moto e carro circulando perto da sua casa. Na época, as famílias também denunciavam a conivência da Polícia Militar (PM) de Barra do Ouro com os delitos do suposto fazendeiro.

Nesse período, foi criada a Delegacia Agrária ligada a Polícia Civil, mas segundo os camponeses (as) não confiavam na equipe que ia a campo. Eles se sentiam inseguros e pressionados pelos policiais da Delegacia Agrária. Contudo,



ainda em 2011, após diversas pressões das famílias junto ao MPF e a Ouvidoria Agrária Nacional, foi realizada uma segunda vistoria na Gleba Tauá, desta vez foi constatada no laudo de vistoria a existência de conflito na área. Foi relatado a presença dos camponeses (as) e suas posses tradicionais, bem como, foi constatado as irregularidades nos processos de requerimentos de regularização fundiária pelos Binottos. Depois disso, desencadeou-se várias investigações e operação da Polícia Federal no Cartório de Goiatins, nas fazendas dos Binottos, para apurar a grilagem de terra, o que de fato foi comprovado. Mas os grileiros continuaram usufruindo da terra da Tauá e praticando violência contra os camponeses (as).

No ano de 2012, as famílias de posseiros sentiram mais apoiados pelo MPF, quando o procurador Wictor decidiu realizar audiência pública dentro da comunidade, para ouvir todos os camponeses (as) da Gleba Tauá e de outras comunidades vizinhas que viviam na mesma situação de conflito agrário. Na oportunidade, as pessoas da comunidade registraram denúncias de violências e ameaças provocadas pelos pistoleiros contratados pelos Binottos. Mais uma vez, os relatos destacaram as queimas de casa, destruição de roças, envenenamento de animais e ameaças contra a vidas das lideranças. Nessa reunião, estiveram presentes também pessoas atingidas pela Barragem de Estreito e pessoas sem terra do município de Barra do Ouro. Na ocasião, essas pessoas reivindicavam serem assentadas na Tauá, na área da União que não envolvia as terras dos posseiros. Naquele momento, muitos questionamentos foram apontados a respeito dessa questão do assentamento. Sendo fato, que em algum momento seria criado o assentamento. No entanto, algumas pessoas alegavam que era necessário primeiro esclarecer o processo de grilagem e resolver a situação das famílias posseiros, para então criar o assentamento.

Logo após reunião, ainda em 2012, as famílias sem terra do município da cidade de Barra do Ouro e do povoado Morro Grande, ocuparam a Tauá e começaram a fazer roças. No ano de 2013, esse grupo de ocupantes já se somavam 64 famílias. A ocupação da área pelos sem terra, configurou a retomada das terras. Pois, boa parte das pessoas ocupantes, são parentes dos posseiros que foram pressionados para venderem suas terras, alguns são filhos de posseiros antigos que ainda vivem na Tauá e outros são parentes dos camponeses (as) titulados pelo Getat.

No início, não tinha luta conjunta dos posseiros e ocupantes, mas com o passar do tempo e com a pressão violenta do suposto fazendeiro, as famílias se uniram em processo de luta e resistência. Passaram a somar força nos espaços

coletivos de reuniões, mobilizações, Encontros de Camponeses e Camponesas realizados pela Articulação Camponesa e a CPT.



Figura 5 Mobilização na Ferrovia Norte Sul em 2016

Fonte: Arquivo CPT Araguaia-Tocantins

Como estratégia de resistência, em 2013, as famílias decidiram fazer a auto demarcação de suas terras. E com apoio técnico, fizeram croquis das posses individuais, representando suas ocupações antigas.

De 2014 a 2015, aumentou a pressão contra as famílias de posseiros e ocupantes. No final de 2014, através de uma ação judicial movida contra Dona Ieda, que também é uma das posseiras antigas, a despejaram juntamente com seus familiares e destruíram sua casa e plantações. Em 2015, o suposto fazendeiro move uma nova ação de reintegração de posse contra as famílias ocupantes através dos autos nº 0000810-14.2015.827.2720. E de forma bastante ágil, o Juiz da Comarca de Goiatins, atende a solicitação do procurador do grupo Binotto e expede a reintegração de posse contra posseiros e ocupantes.

Então, em novembro de 2015, ouve a tentativa de despejo das famílias. Durante a reintegração de posse, as famílias de camponeses e agentes de pastoral, reagiram em ato de protesto. Naquele momento, sete pessoas foram presas, entre elas, cinco agentes da CPT Araguaia Tocantins e dois camponeses. O despejo não se concretizou, porque o filho de Emílio Binotto, num ato de arrogância e ódio contra Dona Raimunda, destruiu sua casa, enquanto a Polícia Militar realizava o despejo. E, em cumprimento das Diretrizes da PM/TO, que orienta sobre a realização de reintegração de posse, o comandante da operação suspendeu o despejo. Na época,

esse fato repercutiu na mídia regional e nas redes sociais, inclusive com muitas manifestações de repúdio contra o Juiz Luaton Bezerra⁹.

A tentativa de despejo, causou muito mal-estar as famílias, mais resultou no fortalecimento da luta daquelas famílias. Eles receberam apoio dos Bispos do Tocantins através de cartas e através de celebração dentro da comunidade. As famílias também receberam apoio de parceiros e pessoas que se solidarizaram com Dona Raimunda para a reconstrução da sua casa através de mutirão. E ainda em 2015, as famílias receberam a notícia que as solicitações de regularização fundiária solicitadas pelo grupo Binotto foram indeferidas pela Subsecretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Leal (SERFAL) e confirmado o indeferimento pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em 2017, foi realizada a desintrusão, retomada de quatro áreas que estavam sob o domínio dos grileiros (Fazendas Conquista, Tocantins, Jurubeba e Valença) e foram criados dois assentamentos da reforma agrária (PA. São Pedro e PA. Rio Tocantins), mas ainda não foram regularizadas as famílias na área. Essa vitória, é bastante significativo para as famílias, mas não significa a solução do problema. Ainda continua pendente a situação das posses dos moradores antigos que o Terra Legal não regularizou e os restante das terras publicas que devem ser criados outros assentamentos.

LINHA DO TEMPO

	1952	Fixação das primeiras famílias na Gleba Tauá. A terra era comum.
---	-------------	---

⁹Vídeos que circularam na mídia e rede sociais sobre o despejo na Tauá:
<https://www.youtube.com/watch?v=KyX0PeMgbuo&t=28s>; <https://www.youtube.com/watch?v=tFCvTHU75Ic>.

<p>Arrecadação da Gleba Tauá pelo Getat e fracionamento da terra em lotes titulados para algumas pessoas.</p>	<p>1980</p>	
	<p>1990</p>	<p>Emílio Binotto (Catarinense) chega na região comprando lotes de terra e ameaçando as famílias posseiras. Desmatamento e destruição das fontes de água.</p>
<p>Audiência pública dentro da Tauá (MPF, PF, Defensoria Pública, NATURATINS, Terra Legal e INCRA). Denúncias de violência contra a comunidade.</p>	<p>2012</p>	
	<p>2013</p>	<p>Famílias sem terra ocupam parte da Gleba Tauá. Famílias de ocupantes se organizam na Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Gleba Tauá.</p>

<p>Despejo da família de Dona Ieda (posseira antiga da comunidade).</p>	<p>2014</p>		
		<p>2017/1 8</p>	<p>Criação de 2 assentamentos na Gleba Tauá PA. São Pedro e PA. Rio Tocantins.</p>
<p>Justiça julga o processo de regularização fundiária a favor dos grileiros. Camponeses resistem produzindo alimentos.</p>		<p>2018</p>	

BATALHAS JUDICIAIS NA TAUÁ

As características das famílias da Tauá, mesmo as mais recém-chegadas, é de um povo pacífico, que tem na oração a grande força para enfrentar os desafios que lhes são impostos. Não há relatos de ações por parte das famílias, de agressão ou depredação contra o patrimônio do suposto fazendeiro, e nem mesmo conflitos graves entre si. Mas nos últimos tempos, são confrontados com questões técnicas relacionadas a justiça, algo que soa estranho para muitas pessoas, que nunca precisaram se envolver com questões policiais ou enfrentar audiências judiciais. Dessa forma, o quadro 1, mostra a lista de processos que as famílias posseiras e ocupantes foram envolvidas durante o período de 2007 a 2018.

Quadro 1 Lista de ações na justiça sobre o caso da Tauá

Ações na justiça	Nº dos processos	Situação
------------------	------------------	----------

Ação contra a comunidade Tauá “Raimunda” /Comarca Goiatins	Cível: Autos nº. 5000260-07.2010.827.2720	Aguardando deliberação da instância superior sobre recurso de apelação remetida à Justiça Federal
Ação contra comunidade Tauá “Raimunda” /Comarca Goiatins	Cível: Autos nº. 5000258-37.2010.827.2720	Processo remetido para a Justiça Federal
Comunidade Tauá “Moisés e Manoel Messias” /Comarca Goiatins	Cível: Autos nº. 5000822-45.2012.827.2720	Designada audiência para saneamento
Contra Tauá (Emílio Binotto x Ieda)/Comarca Goiatins	Cível: Autos nº. 5000788-36.2013.827.2720	Sentença de mérito transitada em julgado
Ação Penal contra Emílio Binotto e outros/Comarca Goiatins	Criminal: Autos nº. 5000896-65.2013.827.2720	Carta precatória não cumprida pela inquirição de testemunha
Ação de Reintegração de Posse contra a comunidade Gleba -Tauá/ Comarca Goiatins	Cível: Autos nº 0000810-14.2015.827.2720	Audiência designada para saneamento conjunto, intimação das partes e seus patronos
Comunidade Tauá “Raimunda e outros” /Comarca Goiatins	Cível: Autos nº. 0000399-05.2014.827.2720	Suspendido o mandado de reintegração de posse para inclusão na Pauta de audiência
Gleba Tauá (Questão Ambiental) / IC. MPF	IC. 1.36.000.000322/2007-25	Tramitando no MPF Araguaína – Dr. Ludmila.
Gleba Tauá (Questão de Regularização) /IC. MPF	IC. 1 .36.000322/2012-18	Tramitando MFP Araguaína – Dr. Julia Rossi
Gleba Tauá (Contra Emílio Binotto e outros).IP. PF	IP Nº 47/2012	Vista ao MPF Araguaína – Dr. Aldo
Gleba Tauá (Contra Emílio Binotto e outros). IP. PF	IPL 267/2014 (0002996-76.2015.4.01.4301)	Tramita no MPF de Araguaína-TO
Recursos/TJ	3 no ano de 2018	TJTO

Fonte: Arquivo CPT e STJ/TO¹⁰

Há 28 anos, a comunidade Tauá resiste a pressão do grileiro Emílio Binotto, é uma luta em defesa do modo de vida camponês, pela permanência e convivência com o cerrado. A resistência, está sendo construída com a organização interna das famílias e com a interlocução com os órgãos públicos (MPF, Defensoria Pública, INCRA e Terra Legal)¹¹. Nas batalhas judiciais, as famílias contam com a assessoria jurídica da CPT, do Núcleo Aplicado das Minorias e Ações Coletivas da Defensoria Pública (NUAMAC) e de alguns procuradores do MPF. Na organização política, os camponeses(as) contam com Associação dos Pequenos Produtores da Gleba Tauá, com apoio da CPT e da Articulação Camponesa de Luta pela Terra e Defesa dos Territórios no Tocantins.

¹⁰ http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Processos/Consulta-Processual

¹¹MPF – Ministério Público Federal, DPAGRA- Defensoria Pública Agrária, INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Terra Legal -Programa de Regularização Fundiária de Terras na Amazônia.



Quanto ao acesso a terra, existem dois tipos: as posses antigas, as quais 18 famílias reivindicam a titulação das terras por meio do Programa de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, amparada na Lei 11.952/2009, que foi alterada com a Lei 13.465/2017; e a ocupação das terras da União, onde 64 famílias reivindicam a criação de Assentamento pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, através do Art. 4º da Lei 11952/2009 e da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

Portanto, além da morosidade dos órgãos públicos para regularizar a posse da terra, as famílias ainda enfrentam as batalhas judiciais, através das ações de reintegração de posse, que se tornaram ameaça constante de despejo tanto para o grupo de posseiros como para os ocupantes.

A PRODUÇÃO DE ALIMENTO COMO RESISTÊNCIA

Outra importante característica da Tauá, é a produção de alimentos diversificados que resiste aos impactos da monocultura pelo grileiro. Apesar das famílias posseiros e ocupantes, estarem cercadas por lavouras de soja e confinadas em pequenas áreas de terras inferior a 5 hectares. Elas desenvolvem a produção de alimentos através das roças de toco e de quintais produtivos. Tendo como sistema de produção, o policultivo, que é uma combinação de espécies de plantas no mesmo espaço. Assim, nas roças de toco, encontra-se o cultivo de mandioca, milho, feijão trepa-paú, fava, abobora, arroz, melancia e etc. Nesse sentido, o Agente de Pastoral e Engenheiro Agrícola, Pedro Ribeiro, que tem mais de 15 anos de experiência de trabalho com as comunidades da Região Nordeste do Tocantins, diz que as famílias camponesas desenvolvem a produção de alimento num sistema de produção próprio do campesinato dessa região:

O sistema de produção, é conhecido e chamado entre outros termos como roça de toco, eu vejo como um sistema simples, mas muito bem elaborado de forma sábia e muito eficiente, em que permitir [...] numa pequena área, produzir uma quantidade significativa de alimento, em qualidade e diversidade, alimento que é a base da segurança alimentar da família e com produção de excedente, com uma maneira eficiente e segura mesmo, e que respeita e até favorece o equilíbrio do ambiente.[...] Então, essa relação dos camponeses com ambiente e o cerrado, com esse sistema da roça de toco chamada, isso pra mim, é de fundamental importância e muito rico. Porque é uma técnica simples, mas, é eficiente no sentido de garantir a produção de alimento e ao mesmo tempo preservar todo o meio ambiente, inclusive a água. Porque uma vez que você explora uma pequena área e que essa pequena área se regenera e se reconstitui, você está preservando uma área muito mais extensa, que é o cerrado maior. O espaço maior do cerrado com sua vegetação nativa, permite o equilíbrio das nascentes e ribeirões.

Os quintais produtivos, que são as pequenas áreas ao redor da moradia, tem sido um importante espaço de produção de alimentos saudáveis e de geração de renda, especialmente para as mulheres. Encontra-se nos quintais produtivos das famílias da Tauá, uma diversidade de produção: hortas, criação de galinhas, criação de suínos, criação de patos; cultivo de ervas medicinais, cultivo de frutos e mandioca. É também o lugar, onde estão as fabricas artesanais de farinha de mandioca e o lugar do beneficiamento do arroz através dos pilões de madeira. O quintal das famílias, tem aproximadamente 2,5 hectares. E é nessa pequena área que muitas pessoas produzem o sustento da família.



Figura 6 Ervas medicinais e criação de galinha caipira

Fonte: Valéria Santos (2018)

Dos quintais produtivos, as mulheres conseguem alimentar a família e tirar renda através da comercialização da galinha caipira, o ovo caipira, a venda da massa de puba e a venda do polvilho da mandioca.

Por se tratar de áreas em conflitos, sem a segurança da posse da terra, as famílias não têm acesso a financiamentos, a transporte público e nem a energia elétrica. O acesso as políticas públicas é bem precário. Em agosto deste ano, as famílias relataram que as crianças estavam sem condição de frequentar a escola por falta de transporte e que algumas mães tiveram que ir para a cidade para possibilitar os filhos a frequentarem à escola. Quanto ao cuidado com a saúde e a nutrição das famílias, cabe destacar que isso tem sido possível por meio das ervas medicinais e da diversidade de alimentos produzidos nas roças e nos quintais.

CRÉDITOS

Sistematização: Valéria Pereira Santos

Pesquisa de campo: Antônia Laudeci Morais e Pedro Antônio Ribeiro.



Pessoas da comunidade: Valdinez; Sr. Ananias; Dona Carmina; Dona Raimunda; Dona Maria do Carmo; Sislene; Marinez; Florentina e etc.

Colaboração: Fernanda Rodrigues

Fotos: Valéria Santos, Laudinha Morais, Signatário Tocantins e CPT Araguaia/Tocantins.

Documentos: ofícios; atas de reuniões; Relatório do Terra Legal sobre a grilagem a situação fundiária da Gleba Tauá; boletins de ocorrência (Arquivos da CPT Araguaia-Tocantins).

REFERÊNCIAS

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Justiça cega no Tocantins: moradores históricos da Gleba Tauá podem ser expulsos de suas terras.** Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/12-noticias/conflitos/2961-justica-cega-no-tocantins-moradores-historicos-da-gleba-taua-podem-ser-expulsos-de-suas-terras>. Acessado: 01 de agosto 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/barradoouro/pesquisa/38/47001?tipo=ranking&indicador=47001>. Acessado: 01 de agosto 2018.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente.** Natal/RN: Argos, 2001.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ofício/INCRA/SR-26/OAR/Nº 42.** Ouvidoria Agrária Regional: Palmas/TO, 03 de junho de 2015.

SIGNATARIO TOCANTINS. **Dona Raimunda Gleba Tauá e Binotto.** 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/v=sBEPREwWVZ4>. Acessado em: 11/18/2017.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria, a pilhagem da natureza e do conhecimento.** Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

RIBEIRO. Pedro Antônio. Entrevisto oral concedida a Valéria Santos. Barra do Ouro, 2018.

Comunidade Tauá, 06 de novembro de 2018.

MEMÓRIA DA COMUNIDADE TAUÁ



Figura 1 Cidade de Barra do Ouro - 2018.



Figura 2 Lago da UHE Estreito e praia artificial sob as antigas áreas de vazantes (2018).



Figura 3 Dona Carmina e Seu Ananias (chegaram na comunidade em 1950)



Figura 4 Camponesas da Tauá (da esquerda para direita Zelina filha de Dona Raimunda, Dona Raimunda, Dona Antônia irmã de Dona Raimunda e Florentina).



Figura 5 Camponeses e camponesas ocupantes



Figura 6 Casa de Dona Sislene (2018).



Figura 7 Casa de Dona Florentina (2018).



Figura 8 Dona Sislene socando arroz.



Figura 9 Camponeses(as) fazendo bloqueio para evitar despejo (2015).



Figura 10 Casa da Dona Raimunda destruída durante a reintegração de posse (2015).



Figura 11 Produção de feijão trepa-pau na Tauá (família ocupante).



Figura 12 Área de exploração de soja dominada pelo grileiro (agosto período do vazio sanitário).



Figura 13 Barracão de reunião



Figura 15 Manivas de mandioca para o plantio no inverno



Figura 16 Produção de melancia da roça comunitária



Figura 17 Prensa de enxugar massa de mandioca.



Figura 14 Casa de farinha.